



São Paulo, 11 de março de 2026

BANQI INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA.
CNPJ nº. 30.723.871/0001-02

CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em cumprimento às determinações legais da Resolução BCB nº 2 IN BCB nº 236, encaminhamos as demonstrações financeiras **BANQI INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA**, que compreendem o relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Termo de Responsabilidade da Administração

A Administração do BANQI é responsável pela elaboração e conteúdo das Demonstrações Financeiras e arquivos apresentados. As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as regulamentações aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Divulgação

As Demonstrações Financeiras, contidas neste documento, serão divulgadas em diretório de acesso público no site do **BANQI INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA**, no dia 12 de março de 2026 e podem ser acessadas através do link:

<https://www.banqi.com.br/demonstracoes-financeiras>

BANQI INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

Assinado por:

Alexandre de Lima

5DB33D60B0CD48D...

Alexandre de Lima

Diretor Executivo

Assinado por:

Aline Pereira

D84FA8844A9A40D...

Aline Pereira

Contadora CRC: 1SP283508/O-8



A conta digital dos
brasileiros.

BanQi Instituição de Pagamento Ltda.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024



Conteúdo

Relatório da Administração..... 1

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 2

Balanços Patrimoniais 5

Demonstração do Resultado..... 7

Demonstração do Resultado Abrangente 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 9

Demonstração dos Fluxos de Caixa..... 10

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 11

Relatório da Administração

Apresentação

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras individuais da banQi Instituição de Pagamento Ltda. (“banQi IP” ou “Instituição”) relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Desempenho do exercício

O BanQi encerrou o exercício de 2025 com um lucro líquido de R\$ 34.028 (prejuízo de R\$ 8.406 em 2024), as linhas que mais contribuíram para o resultado do período foram as receitas de serviços R\$ 57.486 (R\$ 28.435 em 2024) e receitas com ativos financeiros R\$ 62.869 (R\$ 36.065 em 2024).

O Ativo Total Ponderado pelo Risco (RWA) do Conglomerado Prudencial totalizou R\$ 257.687, enquanto o Patrimônio de Referência (PR) atingiu R\$ 191.676. Com isso, o Índice de Basileia (IB) para o período foi de 74,4%, permanecendo acima do limite regulatório de 17% estabelecido pela Resolução BCB nº 201, de 11 de março de 2022.

Diretoria Executiva

Vital Flores Leite
Diretor Presidente

Alexandre de Lima
Diretor Financeiro

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos cotistas e à diretoria da
BanQi Instituição de Pagamento Ltda.
São Paulo/SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BanQi Instituição de Pagamento Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

Felipe Fanton Schiavo
Felipe Fanton Schiavo
Contador CRC SP-324473/O



Ativo	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.873	3.837
Ativos financeiros		206.705	201.181
Mensurados ao custo amortizado	5a	47.355	48.275
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	5b	159.350	152.906
Outros ativos	7	19.920	31.241
Financeiros		12.521	12.583
Não financeiros		7.399	18.658
Ativos fiscais		181.184	149.001
Correntes		14.619	6.047
Diferidos	18	166.565	142.954
Imobilizado de uso		2.341	2.341
Ativos intangíveis	8	72.550	59.566
Depreciação e amortização acumulada		(33.864)	(20.884)
Total do ativo		458.709	426.283

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Passivo	Nota	2025	2024
Depósitos contas pré-pagas		45.483	47.425
Outros passivos	9	25.093	32.533
Não financeiros		25.093	32.533
Passivos fiscais		9.530	2.584
Correntes		9.530	2.584
Passivos contingentes	10	89	213
Patrimônio líquido		378.514	343.529
Capital social	11	656.470	655.763
Reservas de capital		2.011	1.761
Prejuízo acumulado		(279.967)	(313.995)
Total do passivo		458.709	426.283

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	Nota	2025	2024
		2º Semestre	Exercício
		Exercício	Exercício
Receita de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado		4.277	7.248
Títulos e valores mobiliários		4.277	7.248
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		28.852	55.621
Títulos e valores mobiliários	13	28.852	55.621
Receitas não de juros		28.435	57.486
Receitas de prestação de serviços	14	28.435	57.486
Despesas não de juros		(55.850)	(106.620)
Despesas administrativas	15	(31.723)	(62.972)
Outras receitas/(despesas) operacionais	16	(17.219)	(30.668)
Depreciação e amortização		(6.908)	(12.980)
Outras receitas/(despesas) não operacionais	17	5	4
Lucro/(Prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		5.719	13.739
Tributos sobre o lucro		22.949	20.289
Diferidos		26.271	23.611
Correntes		(3.322)	(3.322)
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício		28.668	34.028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	2025		2024
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro/(prejuízo) do semestre/exercício	28.668	34.028	(8.406)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercício	28.668	34.028	(8.406)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BanQi Instituição de Pagamento Ltda.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



	Capital Social			Reservas de Capital	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
	Capital Social	Aumento de Capital	Capital a Realizar			
31 de dezembro de 2023	546.470	-	-	1.382	(305.589)	242.263
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(8.406)	(8.406)
Aumento de capital social	-	110.000	(110.000)	-	-	-
Adiantamento para aumento de capital	-	-	109.293	-	-	109.293
Aumento de capital social - homologado	110.000	(110.000)	-	-	-	-
Reservas de títulos patrimoniais	-	-	-	379	-	379
31 de dezembro de 2024	656.470	-	(707)	1.761	(313.995)	343.529
31 de dezembro de 2024	656.470	-	(707)	1.761	(313.995)	343.529
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	34.028	34.028
Aumento de capital social – não homologado	-	17.000	(17.000)	-	-	-
Adiantamento para aumento de capital	-	-	707	-	-	707
Reservas de títulos patrimoniais	-	-	-	250	-	250
31 de dezembro de 2025	656.470	17.000	(17.000)	2.011	(279.967)	378.514
30 de junho de 2025	656.470	17.000	(17.000)	1.910	(308.635)	349.745
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	28.668	28.668
Reservas de títulos patrimoniais	-	-	-	101	-	101
31 de dezembro de 2025	656.470	17.000	(17.000)	2.011	(279.967)	378.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BanQi Instituição de Pagamento Ltda.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e semestre findo em 31 dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



	2025		2024
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Atividades operacionais			
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício	28.668	34.028	(8.406)
Ajustes ao lucro/(prejuízo) do semestre/exercício	(18.067)	(7.176)	6.615
Provisão/(reversão) para contingências	(47)	(124)	37
Tributos diferidos	(26.271)	(23.611)	(4.469)
Baixas ativos intangíveis	1.242	3.329	564
Depreciação e amortização	6.908	12.980	10.104
Pagamento baseado em ações	101	250	379
Variação em ativos e passivos	(8.917)	(5.210)	(94.876)
(Aumento)/redução em ativos	(8.888)	(2.775)	32
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	4.636	920	(1.041)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(21.487)	(6.444)	2.315
Outros ativos financeiros	14.978	61	(7.733)
Outros ativos não financeiros	(813)	11.260	6.927
Tributos correntes	(6.202)	(8.358)	31
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(214)	(467)
Aumento/(redução) em passivos	(29)	(2.435)	(94.908)
Depósitos contas pré-pagas	5.140	(1.942)	2.900
Valores a repassar	(13.458)	(13.667)	(9.650)
Contas a pagar despesas administrativas	(747)	960	1.437
Outros passivos não financeiros	2.848	5.267	(90.558)
Passivos fiscais	6.188	6.947	963
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais	1.684	21.642	(96.667)
Atividades de investimento			
Aplicações no intangível	(7.303)	(16.313)	(16.414)
Fluxo de caixa (aplicado) nas atividades de investimento	(7.303)	(16.313)	(16.414)
Atividades de financiamento			
Aumento de capital social	-	707	109.293
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento	-	707	109.293
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	(5.619)	6.036	(3.788)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	15.492	3.837	7.625
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	9.873	9.873	3.837
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	(5.619)	6.036	(3.788)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

O BanQi Instituição de Pagamento Ltda. (“banQi IP” ou “Instituição”) é uma instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que se propõe a ser uma plataforma completa de serviços financeiros, com tecnologia intuitiva, transparência e informação simplificada aos clientes.

O BanQi foi adquirido em 2020 pelo Grupo Casas Bahia (“GCB”), seu controlador, e tem como foco democratizar soluções financeiras dentro e fora do ecossistema do GCB, oferecendo uma conta digital gratuita, garantindo mais autonomia e possibilidades aos brasileiros oferecendo um amplo portfólio de produtos e serviços financeiros.

A Instituição é uma sociedade limitada, estabelecida e domiciliada na Rua Flórida nº 1.970, Brooklin, São Paulo – SP.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 – Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), e estão sendo apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020, Resolução BCB 352/2023 e com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pelo BACEN, quando aplicável.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o princípio da continuidade dos negócios da Instituição e requerem a adoção de estimativas por parte da Administração, que possuem riscos referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, desta forma, os montantes reais podem diferir destas estimativas, impactando determinados ativos, passivos, receitas e despesas nos períodos demonstrados, sendo as principais estimativas relacionadas a vida útil de ativos, a realização dos ativos fiscais diferidos, a provisão para contingências e o valor justo dos ativos financeiros.

A Diretoria Executiva autorizou a emissão das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em 11 de março de 2026.



2.2 – Novas Normas, Alterações e Interpretações aplicáveis a períodos futuros

a) IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

Substitui a IAS 1 e introduz, na demonstração de resultados, novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e financiamento). Também determina que as empresas divulguem informações adicionais sobre as medidas de desempenho definidas pela Administração relacionadas à demonstração de resultados.

As alterações serão efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2027. Os possíveis impactos serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma, a qual será estabelecida por ato normativo do Banco Central do Brasil.

3. Políticas contábeis materiais

3.1 – Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

3.2 – Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Instituição.

3.3 – Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos das aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

3.4 – Ativos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da negociação.

3.4.1 – Classificação dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados conforme o modelo de negócios em que são administrados e suas características de fluxos de caixa (*SPPI Test – Solely Payment of Principal and Interest Test*).



3.4.2 – Mensuração subsequente

Os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- a) *Custo amortizado*: utilizada quando os ativos financeiros são administrados para receber os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos são constituídos apenas por pagamento de principal e juros.
- b) *Valor justo por meio de outros resultados abrangentes*: utilizada quando os ativos financeiros são administrados tanto para receber os fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para venda.
- c) *Valor justo por meio do resultado*: utilizada para os ativos financeiros que são administrados somente para venda e/ou seus fluxos de caixa não são constituídos apenas por pagamento de principal e juros.

3.4.3 – Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Classifica em três níveis as informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo. A hierarquia de valor justo prioriza os preços cotados (dados observáveis e não ajustados) em mercados ativos, para ativos e passivos idênticos e dá a mais baixa prioridade as informações originadas de dados não observáveis.

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2 – Informações (*inputs*), exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível 3 – Informações (*inputs*), para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado.

3.5 – Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são realizadas conforme as disposições dos contratos firmados entre as partes.

3.6 – Imobilizado de uso

Está reconhecido pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear.



3.7 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo e incluem os ativos adquiridos ou desenvolvidos internamente.

O banQi reconhece ativos intangíveis gerados internamente quando for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo fluam para a entidade e o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.

O custo de um ativo intangível gerado internamente compreende todos os custos diretamente atribuíveis necessários para criar, produzir e preparar o ativo para ser capaz de operar da forma pretendida pela Administração.

Os custos com pessoal relacionados ao desenvolvimento de *software* são mensurados com base nas horas atribuídas pelas equipes de engenharia e tecnologia para a adição de novas funcionalidades ou novos produtos nos aplicativos e *softwares* desenvolvidos internamente, e respectivos custos dispendidos, os quais podem ser atribuídos a ativos intangíveis identificados, e/ou adicionam novas funcionalidades, e/ou estendem o uso ou aplicações de ativos identificados já existentes.

Os ativos intangíveis com vida útil definida referem-se basicamente a *softwares*, bem como licenças e direitos de uso e são amortizados pelo método linear a partir da data da sua disponibilização para uso, considerando a vida útil estimada de 5 anos.

3.8 – Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos não financeiros são avaliados ao final de cada período, por consultoria independente, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a perda será reconhecida imediatamente na demonstração do resultado do período. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

3.9 – Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são constituídos com base no lucro/prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. São calculados pelo regime de tributação do lucro real com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil ao ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.



A despesa com impostos correntes é o montante do imposto de renda e da contribuição social pagar ou a recuperar relacionada ao resultado tributável do período.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, do prejuízo fiscal e da base negativa acumulada. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados por meio de estudos técnicos realizados pela Administração.

Em função da promulgação da Lei Complementar nº 224/2025, que alterou as alíquotas progressivas da CSLL das Instituições de Pagamento, para períodos subsequentes, estabelecendo o percentual de 12% para o exercício de 2026 e 15% a partir de 2027, a Instituição revisou o saldo de seus ativos fiscais diferidos decorrentes de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o que resultou em um aumento do ativo fiscal diferido no montante de R\$ 24.258.

3.10 – Pagamento baseado em ações

O BanQi mantém participação nos planos de remuneração baseado em ações instituídos pelo Grupo Casas Bahia, tais planos têm o objetivo de propiciar a participação dos administradores e empregados do BanQi no capital do GCB e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados da controladora para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído a estimular a consecução dos objetivos sociais do grupo e alinhar os interesses dos administradores e empregados com os dos acionistas do GCB.

Em troca de serviços prestados por um determinado período, os executivos da BanQi podem receber remuneração que é baseada em ações, liquidáveis em títulos patrimoniais do Grupo Casas Bahia ou em dinheiro.

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas (“condições para o exercício”), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Instituição, ou reconhecimento de um passivo no caso de opções liquidadas em caixa. Em cada data-base, ocorre a reavaliação da quantidade de instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que tenham sido expirados e não exercidos. A despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício.

Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas.



No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício.

3.11 – Depósitos contas de pagamento pré-pagas

Correspondem aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamentos pré-pagas, sem remuneração aos clientes e estão avaliados pelos valores de liquidação.

3.12 – Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Os passivos contingentes são classificados como perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aqueles de perda provável, de acordo com a estimativa do valor de perda, considerando a opinião de assessores jurídicos, a natureza das demandas judiciais e o posicionamento dos tribunais para causas semelhantes. Os processos classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas e os classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

3.13 – Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/2020, resultado não recorrente é aquele que: não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e; não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos resultados não recorrentes estão evidenciados na nota 20.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Disponibilidades – depósitos bancários	6.374	3.837
Aplicações em operações compromissadas	3.499	-
Total	9.873	3.837



5. Ativos financeiros

a) Mensurados ao custo amortizado

	2025	2024
Circulante		
Títulos e valores mobiliários		
Letras Financeiras do Tesouro – Nível 1 ⁽¹⁾	47.355	48.275
Total	47.355	48.275

(1) As Letras Financeiras do Tesouro são classificadas ao custo amortizado. Parte desses títulos está vinculada à prestação de garantias em operações da Companhia, com vencimento original de até 3 meses.

b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

	2025	2024
Circulante		
Títulos e valores mobiliários - livres		
Cotas de fundos de investimento – Nível 1 ⁽¹⁾	159.350	152.906
Total	159.350	152.906

(1) As cotas de fundos de investimento não possuem vencimento e são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

6. Partes relacionadas

Ativo	2025			2024		
	SCD ⁽¹⁾	GCB ⁽²⁾	FIDC ⁽³⁾	SCD ⁽¹⁾	GCB ⁽²⁾	FIDC ⁽³⁾
Transações de Pagamento	-	2.709	-	-	3.338	-
Contas a receber	-	-	696	72	-	137
Comissões	-	12.132	-	-	12.260	-
Total	-	14.841	696	72	15.598	137

Passivo	2025			2024		
	SCD ⁽¹⁾	GCB ⁽²⁾	FIDC ⁽³⁾	SCD ⁽¹⁾	GCB ⁽²⁾	FIDC ⁽³⁾
Transações de Pagamento	-	304	-	-	787	-
Contas a pagar	-	3.138	-	-	197	-
Plano de ações	-	-	-	-	125	-
Adiantamento – longo prazo	-	-	-	-	16.000	-
Total	-	3.442	-	-	17.109	-

Resultado	2025			2024		
	SCD ⁽¹⁾	GCB ⁽²⁾	FIDC ⁽³⁾	SCD ⁽¹⁾	GCB ⁽²⁾	FIDC ⁽³⁾
Intermediação de serviços	-	27.831	2.786	-	9.821	-
Serviços de meio de pagamento	-	20.059	-	-	10.173	3.618
Total	-	47.890	2.786	-	19.994	3.618

(1) BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A. (Coligada)

(2) Grupo Casas Bahia S.A. (Controlador)

(3) BanQi EP Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Controlada)



7. Outros ativos

Circulante	2025	2024
Financeiros	12.521	12.583
Rendas a receber	309	236
Valores a receber – ligadas (Nota 6)	12.132	12.261
Depósitos judiciais	80	86
Não financeiros	7.399	18.658
Adiantamentos e antecipações salariais	405	11
Valores a receber – ligadas (Nota 6)	3.405	3.546
Despesas antecipadas	266	1.601
Devedores diversos	171	-
Depósitos dados em garantia ⁽¹⁾	3.152	13.500
Total outros ativos	19.920	31.241

(1) Depósito para prestação de garantia junto aos parceiros para serviços de processamento de transações.

8. Ativos intangíveis

	Vida útil	Saldos em 2024	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldos em 2025
Desenvolvidos internamente						
Concluídos	5 anos	53.547	3.712	(2.168)	13.660	68.751
Em andamento	-	5.853	12.601	(1.161)	(13.660)	3.633
Amortização		(19.231)	(12.513)	-	-	(31.744)
Adquiridos						
Concluídos	5 anos	166	-	-	-	166
Amortização		(166)	-	-	-	(166)
Total		40.169	3.800	(3.329)	-	40.640

	Vida útil	Saldos em 2023	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldos em 2024
Desenvolvidos internamente						
Concluídos	5 anos	40.913	6.893	(172)	5.913	53.547
Em andamento	-	2.637	9.521	(392)	(5.913)	5.853
(Amortização)		(9.593)	(9.638)	-	-	(19.231)
Adquiridos						
Concluídos	5 anos	166	-	-	-	166
Amortização		(166)	-	-	-	(166)
Total		33.957	6.776	(564)	-	40.169



9. Outros passivos

	2025	2024
Circulante – Não financeiros		
Valores a repassar transações de pagamento	160	886
Pessoal	6.354	5.223
Outras despesas administrativas	10.249	9.289
Valores a pagar – ligadas (Nota 6)	3.442	17.109
Relações interfinanceiras	2.901	-
Credores diversos – país	1.929	-
Outras	58	26
Total	25.093	32.533

10. Passivos contingentes

O BanQi, é parte em processos de ações judiciais decorrentes do curso normal de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2025 não foi constituída nova provisão, sendo o montante de R\$ 89 considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas.

Provisões	2025	2024
Trabalhistas	-	155
Cíveis	89	58
Total	89	213

Provisões	2024	Adições	Baixas	Pagamentos	2025
Trabalhistas	155	306	(104)	(357)	-
Cíveis	58	43	(12)	-	89
Total	213	349	(116)	(357)	89

Existem processos de natureza trabalhista classificados como perdas possíveis no montante estimado de R\$ 402 (R\$ 0 em 2024) e processos de natureza cível no montante de R\$ 224 (R\$ 42 em 2024).



11. Capital social

O capital social da Instituição é de R\$ 656.470, sendo dividido em 656.470.000 (seiscentos e cinquenta e seis milhões e quatrocentos e setenta) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, distribuídas entre os sócios:

Sócios	Nº de Quotas	Valor (R\$)	%
Cnova Comércio Eletrônico S.A.	1	1,00	0,000002%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações	656.469.999	656.470.000	99,99998%

Em 31 de dezembro de 2025 havia saldo em capital a realizar no montante de R\$ 17.000 (R\$ 707 em 2024).

12. Reservas de capital

Pagamentos baseados em ações

Opções outorgadas

O BanQi participa dos planos de remuneração baseada em ações instituídos pelo Grupo Casas Bahia (GCB). Esses planos têm como objetivo permitir que administradores e empregados participem do capital do GCB, alinhando seus interesses aos dos acionistas e incentivando a geração de valor e o atingimento das metas do grupo.

Em contrapartida aos serviços prestados por um determinado período, os beneficiários podem receber remuneração baseada em ações, liquidadas em instrumentos patrimoniais do GCB ou, quando aplicável, em dinheiro.

O custo das operações liquidadas em ações é reconhecido como despesa ao longo do período em que as condições de serviço e/ou desempenho são cumpridas (período de vesting), com aumento correspondente no patrimônio líquido ou reconhecimento de passivo nos casos de liquidação em caixa. A cada data-base, o BanQi reavalia a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão efetivamente adquiridos, excluindo os expirados ou não exercidos.

Modificações e cancelamentos do plano geram ajustes de despesa conforme normas aplicáveis, podendo resultar no reconhecimento integral da despesa remanescente.

Em 27 de novembro de 2023, o Grupo Casas Bahia realizou o grupamento de suas ações na razão de 25:1, sem alteração do capital social. As quantidades referentes aos planos foram ajustadas proporcionalmente e passam a ser apresentadas segundo a nova estrutura acionária.



Plano de opção de compra de ações

Em maio de 2022, o GCB outorgou ao BanQi 782.848 ações restritas destinadas aos beneficiários. Em dezembro de 2022, foram concedidas mais 164.321 ações devido à entrada de novos participantes. O direito às ações será adquirido após o cumprimento da condição de serviço, com *vesting* previsto para maio de 2027, e liquidação em quatro parcelas anuais de 25%, a partir do segundo aniversário da outorga.

Em 27 de novembro de 2023, o Grupo Casas Bahia realizou o grupamento de suas ações na razão de 25:1, sem alteração do capital social. As quantidades referentes aos planos foram ajustadas proporcionalmente e passam a ser apresentadas segundo a nova estrutura acionária.

Movimentação dos Planos de Remuneração Baseada em Ações

A tabela a seguir apresenta os detalhes e a movimentação, em quantidade de ações, de cada um dos programas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Séries	Data da outorga	Término da carência	Valor de exercício (em reais)	Quantidade de opções de ações em vigor em 2024	Opções canceladas	Opções exercidas	Opções transferidas	Quantidade de opções de ações em vigor em 2025
Ações Restritas	10/05/2022	10/05/2027	R\$ 0,00	629	209	-	-	420

O total da despesa, incluindo retenção de impostos e encargos sociais, relativa ao programa de ações reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi de R\$ 127 (Despesa de R\$ 402 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

13. Resultado com títulos e valores mobiliários

	2025		2024
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Mensurados ao custo amortizado	4.277	7.248	4.942
Títulos públicos federais	2.959	5.349	3.770
Operações compromissadas	1.311	1.830	1.037
Certificado de depósito bancário	7	69	135
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	28.435	55.621	31.123
Valorização de cotas de fundos de investimento	28.435	55.621	31.123
Total	32.712	62.869	36.065



14. Receitas de prestação de serviços

	2025		2024
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Rendas por serviços de pagamento ⁽¹⁾	26.957	54.295	25.093
Outras ⁽²⁾	1.478	3.191	4.799
Total	28.435	57.486	29.892

(1) Refere-se aos valores de comissões relativas a transações de pagamento, serviços de intermediação e meios de pagamento.

(2) Refere-se aos valores de interchange do cartão pré-pago e manutenção de contas pré-pagas.

15. Despesas administrativas

	2025		2024
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Pessoal	15.530	31.303	23.971
Serviços técnicos especializados	8.407	15.122	13.037
Processamento de dados	5.293	11.516	10.976
Tributárias	552	865	837
Propaganda e publicidade	(85)	1.307	-
Passivos contingentes	389	766	593
Serviços do sistema financeiro	188	321	747
Multas e juros	1.123	1.299	67
Outras	326	473	56
Total	31.723	62.972	50.284

16. Outras receitas e (despesas) operacionais

	2025		2024
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas	498	1.322	374
Reversão de provisões operacionais	-	739	-
Atualizações monetárias	492	577	364
Outras	6	6	10
Despesas	(17.717)	(31.990)	(24.257)
Suporte ao cliente e operações	(11.675)	(22.271)	(20.499)
Tributos sobre receitas financeiras e serviços	(5.686)	(8.548)	(3.268)
Projetos descontinuados	(356)	(1.171)	(490)
Total	(17.219)	(30.668)	(23.883)



17. Resultado não operacional

O montante de R\$ 7.681, em 2024, refere-se a reversão de provisões não operacionais relativas a incentivos recebidos.

18. Tributos sobre o lucro

a) Cálculo dos tributos incidentes sobre o lucro

	2025		2024
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro/(prejuízo) do período antes da tributação	5.719	13.739	(12.841)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	(1.929)	(4.672)	4.366
Exclusão atualizações monetárias sobre tributos	166	192	124
Outras diferenças permanentes	207	264	(55)
Efeito majoração da alíquota CSLL sobre o diferido	24.505	24.505	-
Imposto de renda e contribuição social efetivos	22.949	20.289	4.435
Corrente reconhecido por meio do resultado	(3.322)	(3.322)	(34)
Diferido reconhecido por meio do resultado	26.271	23.611	4.469
Receitas/(despesas) de imposto de renda e contribuição social, líquidos	22.949	20.289	4.435

b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

	Saldo em 2024	Constituição	Realização/ Reversão	Saldo em 2025
Créditos tributários – refletidos no resultado	142.954	25.066	(1.455)	166.565
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	140.698	24.258	(1.435)	163.521
Provisão para demandas judiciais	53	-	(20)	33
Provisão para despesas correntes	1.832	694	-	2.526
Outros	371	114	-	485
Passivos fiscais diferidos – refletidos no resultado	-	(18.911)	18.911	-
Ajuste a valor justo	-	(18.911)	18.911	-
Posição líquida tributos diferidos	142.954	(18.911)	18.911	166.565



c) Previsão da realização dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração, demonstrando a geração de lucros tributáveis futuros em montante suficiente à realização total desses valores, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis, conforme indicado a seguir:

Ano	IRPJ	CSLL	Total	Valor presente ⁽¹⁾
2026	6.065	2.184	8.248	7.173
2027	5.370	1.933	7.303	5.522
2028	8.555	3.080	11.635	7.650
2029	10.115	3.641	13.756	7.865
2030	12.225	4.401	16.627	8.266
2031	13.870	4.993	18.863	8.155
2032	15.669	5.641	21.310	8.011
2033	17.509	6.303	23.813	7.784
2034	19.420	6.991	26.410	7.508
2035	13.677	4.925	18.600	4.599
	122.475	44.092	166.565	72.533

(1) Calculado com base na taxa Selic.

Em função da promulgação da Lei Complementar nº 224/2025, que alterou as alíquotas progressivas da CSLL das Instituições de Pagamento, para períodos subsequentes, estabelecendo o percentual de 12% para o exercício de 2026 e 15% a partir de 2027, a Instituição revisou o saldo de seus ativos fiscais diferidos decorrentes de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o que resultou em um aumento do ativo fiscal diferido no montante de R\$ 24.258.

19. Gerenciamento de riscos

O banQi IP possui uma estrutura específica e independente para a gestão de riscos, incluindo políticas, procedimentos e controles internos, que abrangem a avaliação e o monitoramento dos riscos operacionais, de crédito, de mercado, liquidez e capital, os riscos específicos relacionados a serviços de pagamento e os riscos social, ambiental e climático incorridos pela instituição, incluindo o fluxo de caixa e das aplicações e dos recursos mantidos em contas de pagamento. A governança desta estrutura é realizada de maneira contínua e exerce papel elementar para os direcionamentos estratégicos da instituição.

Para a continuidade das operações, o banQi IP utiliza uma combinação de parceiros a fim de diversificar a exposição ao evitar a concentração dos riscos de contraparte, operacional e liquidez.



19.1 Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de uma contraparte não cumprir com suas obrigações, seja de um contrato ou instrumento financeiro, levando a uma quebra de expectativa de caixa ou prejuízo financeiro. O risco de crédito na Instituição pode decorrer principalmente das exposições com outras instituições financeiras, parceiros comerciais, operacionais ou adquirentes, incluindo operações de caixa, equivalente de caixa, valores operacionais a receber, aplicações, instrumentos financeiros e depósitos.

Caixa e equivalentes de caixa: o risco de crédito referente aos saldos de contas bancárias em instituições financeiras é gerido pela área de Riscos e Tesouraria, sendo priorizada, mas não limitada, a alocação em instituições com avaliação “AAA”, ao menos “BB” ou superior.

Com base na avaliação de risco do banQi IP, a perda de crédito esperada não é material, uma vez que as contas a receber são compostas principalmente por investimentos de alta liquidez e contas operacionais, aprovadas por grandes instituições financeiras que têm um baixo nível de risco global com base em ratings recebidos das principais agências de classificação de crédito. Além disso, essas instituições financeiras são os responsáveis legais pelas contas a receber.

Investimentos financeiros: se referem principalmente a ativos com alto nível de liquidez, sendo grande parte atrelados a títulos emitidos pelo governo brasileiro. Não há expectativa significativa de perda de crédito reconhecida para esses ativos.

Valores a receber de parceiros operacionais e adquirentes: a Instituição reconhece os valores a receber das empresas com quem mantém relacionamento comercial de acordo com escopo de respectivas atividades e em detrimento aos processos que são provenientes dos usuários executando as transações relacionadas aos serviços disponíveis. Esses recebíveis têm alto nível de liquidez e risco com relevância imaterial.

As principais empresas com as quais o banQi IP tem parceria possuem instrumentos mitigadores de riscos referente a valor das contas a receber das contrapartes, consumidores e estabelecimentos comerciais, tais como: gerenciamento de risco, processos de prevenção a fraude, limitações de antecipação da agenda, controles de conformidade, entre outros. Esses procedimentos ajudam a mitigar o risco sistêmico do arranjo de pagamento.

Para o arranjo de pagamentos, a Administração do banQi IP não considera provável perdas significativas por inadimplência dessas contrapartes, além dos valores já reconhecidos como estornos, apresentados sob risco de fraude. O arranjo de pagamentos (Visa, Mastercard, Elo e outros) possui modelos de gerenciamento de riscos e garantias próprios para avaliar e mitigar o risco de inadimplência dos emissores, que mitigam o risco das adquirentes e o risco sistêmico dos arranjos de pagamentos brasileiros.



De maneira geral, em relação à gestão dos instrumentos financeiros, são observados os conceitos, boas práticas e requerimentos previstos na Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23.

Importante reforçar que o banQi IP, como instituição de pagamento emissora de moeda eletrônica, não realiza operações de crédito direto para seus usuários.

19.2 Risco de mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de variações no valor justo dos ativos e passivos financeiros em função de mudanças nas condições de mercado, incluindo, entre outros fatores, variações nas taxas de juros e em índices de preços. A exposição da Companhia ao risco de mercado decorre da manutenção de ativos financeiros de baixa complexidade e alta liquidez. A Companhia, na qualidade de instituição de pagamento, não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, sendo mantidos apenas instrumentos de baixa complexidade e, considerando a natureza de suas operações, sua exposição ao risco de mercado é não material no período.

19.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de a Instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, devido a um descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos em seu fluxo de caixa.

Os processos de gerenciamento de liquidez do banQi IP incluem:

- Monitoramento da liquidez de caixa: atualização diária do fluxo de caixa administrativo e operacional, detalhando as entradas e saídas, incluindo a projeção de caixa e o cenário de estresse.
- Limites mínimos de caixa: estabelecem limites mínimos de caixa, que permitem a tomada de ações preventivas para garantir recursos suficientes para cumprir os compromissos financeiros.
- O fluxo de caixa projetado da Instituição é gerado e monitorado diariamente pela tesouraria para garantir que a Instituição tenha os recursos necessários para cumprir os compromissos financeiros e as necessidades operacionais. Para a projeção de caixa, são utilizadas premissas de crescimento e fatores de estresse, que incluem aumento de perdas e despesas.
- As informações sobre passivos financeiros são informações essenciais para a projeção e gerenciamento do fluxo de caixa, garantindo que a Instituição possua os recursos necessários para liquidar suas obrigações.



- Como procedimento de gestão de caixa, a tesouraria investe os valores excedentes em ativos de alta liquidez e baixo risco. É importante ressaltar que o banQi IP, na qualidade de instituição de pagamento, não possui bens dados em garantia de empréstimos, operações financeiras ou obrigações contratuais.

O gerenciamento do risco de liquidez baseia-se em políticas internas aprovadas, limites compatíveis com o apetite de risco e integração com as áreas de Tesouraria, Contabilidade, Planejamento Financeiro, ALM e Compliance, com reporte periódico à administração e aos comitês competentes.

A maior parte dos saldos mantidos em contas de pagamento são classificados como devidos em a menor “até 30 dias”, pois podem ser contratualmente sacados imediatamente. No entanto, o comportamento histórico dos clientes sugere que esses valores não serão sacados neste período. Além disso, os excedentes de ativos apresentam alta liquidez no mercado brasileiro.

Adicionalmente, são realizados testes de estresse e mantido Plano de Contingência de Liquidez atualizado, com o objetivo de mitigar riscos relevantes e assegurar a continuidade das operações.

Informações sobre o gerenciamento de risco de liquidez do banQi IP podem ser encontrados no site da Instituição, disponibilizado publicamente sob a forma do Relatório de Estrutura de Gestão de Liquidez.

19.4 Risco de capital

Os riscos de capital referem-se à possibilidade de não manter recursos próprios suficientes para absorver perdas inesperadas, preservando a continuidade operacional e o atendimento às exigências prudenciais estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. O banQi IP, se enquadrando no Segmento S5, segue regime prudencial simplificado, nos termos da Resolução CMN nº 4.553/2017, que define a segmentação prudencial, e do arcabouço de gerenciamento de riscos previsto na Resolução CMN nº 4606/2017, responsável por disciplinar a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital. Além disso, o cálculo do Patrimônio de Referência Simplificado e a apuração dos ativos ponderados pelo risco seguem normas específicas estabelecidas pelo Banco Central.



A partir de novembro de 2025, o banQi IP passou a observar o novo marco prudencial instituído pela Resolução Conjunta CMN/BCB nº 14/2025, complementado pela Resolução BCB nº 517/2025, que define a metodologia de apuração do limite mínimo de capital social integralizado e do patrimônio líquido, baseado nas atividades efetivamente exercidas pela instituição, substituindo o modelo anterior centrado exclusivamente na natureza jurídica da entidade. Em conjunto, essas normas reforçam a necessidade de adequação contínua do capital, proporcional à complexidade das operações conduzidas pela instituição, promovendo maior resiliência financeira, mitigação de riscos e fortalecimento da solidez prudencial.

19.5 Risco de fraude

A Instituição está exposta a diversos riscos operacionais, sendo o mais relevante o risco de fraude, que é uma atividade indevida, ilegal ou criminosa que causa prejuízo financeiro para uma das partes envolvidas numa transação financeira no âmbito do banQi IP. A fraude de cartões inclui o uso não autorizado de cartões extraviados, roubados/furtados, falsificados ou alterados, bem como o uso indevido da conta de pagamento do usuário do banQi IP. Dentro desse cenário, a Instituição está exposta a perdas devido a estornos de transações (cancelamentos / chargeback / MEDs).

A Instituição possui áreas dedicadas à prevenção de fraudes com o desenvolvimento de processos e estratégias antifraude e monitoramento em tempo real das transações com saldo de conta de pagamento ou cartão de crédito para boletos, saques ou transferências entre usuários, identificando, aprovando ou recusando transações.

19.6 Risco social, ambiental e climático

Como parte do conglomerado, o banQi IP se posiciona junto ao Banco Central com a visão de se tornar um modelo de desempenho sustentável e satisfação do cliente. A instituição está comprometida em garantir a continuidade de seus negócios e em cumprir todas as leis e normas regulatórias. Ao influenciar a tomada de decisões e orientar fluxos financeiros por meio de seus produtos e serviços, o banQi IP promove práticas que não apenas atendem às necessidades dos clientes, mas também contribuem para um desenvolvimento sustentável. Essa abordagem possibilita a criação de soluções financeiras que integram responsabilidade social e ambiental, gerando um impacto positivo nas comunidades e no meio ambiente. O foco do banQi é promover um desenvolvimento socialmente justo, ecologicamente equilibrado e economicamente viável. A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) foi elaborada para formalizar e orientar diretrizes de atuação, reafirmando a importância estratégica do tema para a instituição. Esta política reflete os compromissos do banQi IP em consonância com as práticas e ações adotadas pelo Grupo Casas Bahia.



A PRSAC é essencial para fortalecer nossas relações com colaboradores, clientes, parceiros e outras partes interessadas, promovendo uma cultura de responsabilidade que permeia toda a organização. Nosso objetivo não é apenas cumprir regulamentações, mas também atuar como um agente transformador, influenciando positivamente a sociedade e o meio ambiente. Assim, o banQi IP reafirma sua posição como uma instituição que gera valor compartilhado, contribuindo para um futuro mais sustentável e inclusivo.

19.7 Gerenciamento de riscos, controles internos e compliance

As estruturas de Gerenciamento de Riscos Operacionais, Compliance e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo reporta-se ao Chief Financial Officer (CFO), à Alta Administração e Chief Executive Officer (CEO), por intermédio do Comitê de Riscos e Compliance e do Comitê Executivo (COMEX) da banQi IP.

A área de Gestão de Riscos Operacionais é responsável pelo gerenciamento dos riscos e pelas atividades de controles internos, identificando e avaliando os riscos, bem como o tipo, desenho e execução dos controles. Essa área também é responsável pela definição das diretrizes a serem aplicadas para gestão de continuidade de negócios.

As diretrizes do processo de gerenciamento de riscos estão formalizadas na Política de Gestão de Riscos Operacionais e Controles Internos e tem por objetivo definir:

- A metodologia para identificação, mensuração, gestão e comunicação referente a Riscos Operacionais e Controles Internos;
- A governança para temas relacionados a Riscos Operacionais e Controles Internos; e
- Os responsáveis pela gestão de Riscos Operacionais e os papéis esperados de cada um dos colaboradores, conforme modelo de três linhas.

A estrutura de gerenciamento de riscos operacionais, controles internos e compliance é apropriada para o porte e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, monitoramento e controle dos riscos aos quais estão expostos.

O processo de gerenciamento de riscos e controles permeia todas as áreas e todos os colaboradores permitindo que os riscos sejam adequadamente identificados, medidos, mitigados, rastreados e relatados e, está alinhado às diretrizes da administração, que por intermédio de comitês e outras reuniões internas, definem e acompanham os objetivos organizacionais, incluindo o apetite ao risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital fornecem suporte à administração por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.



O modelo de linhas de defesa é definido como:

- Primeira linha de defesa: funções ou atividades de negócios que geram exposição a um risco, cujos gerentes são responsáveis por sua administração de acordo com políticas, limites e outras condições definidas e aprovadas pela Diretoria. A primeira linha de defesa deve ter os meios para identificar, medir, tratar e relatar os riscos assumidos;
- Segunda linha de defesa: consiste nas áreas de gestão de riscos e controles, compliance e segurança, com o intuito de assegurar que os controles sejam eficazes e que os riscos sejam gerenciados de acordo com os objetivos definidos. É responsável por propor políticas de gerenciamento de riscos, desenvolver modelos, metodologias e supervisionar a primeira linha de defesa; e
- Terceira linha de defesa: é responsável por avaliar periodicamente de forma independente se as políticas, métodos e procedimentos são apropriados, além de provar sua efetiva implementação.

Todas as áreas são responsáveis por atuar proativamente na identificação dos riscos relacionados aos processos sob sua responsabilidade e endereçar controles que os mitigue, bem como reavaliar seu ambiente de riscos e controles no mínimo anualmente ou quando forem desafiados pela área de Gestão de Riscos ou quando da materialização de situações como:

- Ocorrência de evento relevante;
- Novas regulações relacionadas; e
- Novos produtos e processos ou alterações significativas em produtos e processos existentes.

O acompanhamento e reporte à administração do perfil de risco e ambiente de controles internos da organização, é liderado pela área de Gestão de Riscos.

Na atribuição do papel de terceira linha de defesa, são utilizados os serviços da unidade específica de Auditoria da KPMG.

A estrutura de Compliance desempenha um papel estratégico na garantia da conformidade regulatória e operacional do banQi. Suas principais atividades incluem o acompanhamento de normas aplicáveis, gestão do relacionamento com cliente e usuário, a implementação e monitoramento de políticas internas que assegurem a aderência às normas legais, regulamentares e éticas, a realização de testes de aderência para mitigar riscos, a gestão de programas de integridade, ética corporativa e anticorrupção. Além disso, a área de Compliance atua como interface junto ao Banco Central, assegurando que ofícios, documentos, relatórios e informações sejam enviados ao Regulador de forma precisa e tempestiva, e colabora na identificação e correção de possíveis falhas ou irregularidades, promovendo a transparência e regularidade da instituição.



Outro elemento importante da estrutura de compliance, é a estrutura de comitês. Estes fóruns de governança são projetados para acompanhar e tomar decisões sobre aspectos associados à administração e controle organizacional. Atualmente, o banQi IP conta com os seguintes:

- **Comitê Executivo:** órgão deliberativo composto pela Diretoria Executiva, coordenador e secretário, exercendo funções tanto decisórias quanto consultivas. Este comitê tem a responsabilidade de deliberar sobre uma variedade de assuntos relacionados à administração dos negócios da Companhia, assegurando a conformidade com as regulamentações legais e infralegais aplicáveis. Entre suas principais atribuições, destacam-se a provisão de suporte operacional, a gestão eficaz dos recursos humanos, e a alocação de capital de maneira estratégica. Além disso, o Comitê é encarregado de avaliar e aprovar projetos significativos nas áreas de tecnologia, infraestrutura e serviços, bem como, deliberar sobre os temas e pautas dos demais Comitês;
- **Comitê de Riscos e Compliance:** o Comitê de Riscos e Compliance é um órgão da Companhia, constituído por membros da Diretoria, coordenador e secretário, com caráter decisório e consultivo. Sua responsabilidade inclui a deliberação sobre questões relacionadas à administração dos negócios, à conformidade com as regulamentações legais e infralegais, além de fornecer suporte operacional em assuntos relacionados às políticas, diretrizes operacionais e metodologias de alocação de capital, bem como na gestão de riscos e limites de exposição.
- **Comitê de Finanças:** constituído por membros da Diretoria, coordenador e secretário, com caráter decisório e consultivo. Tendo como escopo de deliberação e aprovação de assuntos correlatos a orçamento, estabelecimentos e definições de políticas financeiras, gestão e adoção de estratégias para a mitigação de riscos financeiros, incluindo apetite de risco, exposições e taxas de juros, avaliação de performance de desempenho financeiro monitorando o cumprimento dos objetivos estabelecidos e propondo ações corretivas quando houver desvios significativos, deliberar sobre estratégias de captação de recursos, avaliando as melhores condições de mercado e possíveis impactos, deliberações e definições de medidas para assegurar a liquidez e solvência da Companhia, deliberação sobre a gestão de ativos e passivos da Companhia, assegurando o equilíbrio entre prazos, volumes e fluxos de caixa; e
- **Comitê de Prevenção à Fraude e Operações:** órgão constituído por membros da Diretoria, coordenador e secretário, com caráter decisório e consultivo. Tendo como escopo de deliberação e aprovação de assuntos correlatos a prevenção à fraude, implementando e revisando constantemente estratégias e medidas de proteção. Além disso, o Comitê se dedicará à avaliação da integridade e segurança dos processos de cadastro e transações garantindo a veracidade das informações. Também analisará e otimizará os processos operacionais, buscando eficiência e minimizando riscos.



O adequado sistema de controles internos deve permitir a identificação e avaliação dos riscos potenciais, o seu efetivo gerenciamento e a adequada mitigação pelos processos de controle preventivos e detectivos. Para isso, são requeridos planos de ação para mitigar a exposição aos riscos potenciais que não possuem controles ou possui deficiências nos existentes.

As demandas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD) incluem mecanismos robustos de monitoramento para identificar transações suspeitas, com base em critérios objetivos e padrões de comportamento financeiro. Os processos do banQi também contam com diligências de Conheça Seu Cliente (KYC), Conheça Seu Funcionário (KYE), Conheça Seu Parceiro (KYP) e Conheça Seu Fornecedor (KYS), assegurando a verificação de identidades, análises de risco e a integridade das partes envolvidas. Adicionalmente, realização de consultas periódicas às listas de sanções e demais listas restritivas nacionais e internacionais. Sempre que identificadas operações ou situações que possam indicar indícios de lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo, a instituição atua em conformidade com as normas legais e infralegais aplicáveis, assegurando a comunicação adequada às autoridades competentes de forma tempestiva e sigilosa.

O fortalecimento da cultura de riscos operacionais, controles internos, compliance e prevenção à lavagem de dinheiro pressupõe a contínua capacitação e treinamento, com vistas a assegurar as competências e habilidades necessárias aos empregados, dirigentes e colaboradores para o pleno exercício de suas responsabilidades legais, execução das respectivas diretrizes corporativas que regulam o tema e atuação enquanto agente ativo na consolidação de um ambiente interno pautado pelas boas práticas de conduta e ética.

Para tanto, é divulgado de forma clara e objetiva, as condutas esperadas de seus colaboradores e terceiros, por intermédio do Código de Ética e as boas práticas de governança corporativa, através da Política de Compliance.

Dado isso, todos têm o dever de relatar, de boa-fé, a ocorrência ou identificação de possíveis irregularidades, violações de regras, suspeitas de fraudes, suborno, desvios de condutas ou qualquer ato que possa expor negativamente a imagem das Instituições, fornecendo informações que ajudem a manter elevados padrões éticos, cuja comunicação pode ser realizada pelos canais de comunicação segura e confidencial.

As diretrizes que suportam os processos de gestão de riscos, controles internos, compliance e segurança, são formalizadas em Políticas internas, as quais são aprovadas pela Diretoria e ficam disponíveis a todos os colaboradores na intranet.



20. Resultados não recorrentes

	2025		2024
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro/(prejuízo) do semestre/exercício	28.668	34.028	(8.406)
Resultado não recorrente	1.123	1.299	(7.614)
Reversão de provisões não operacionais	-	-	(7.681)
Multas e juros	1.123	1.299	67
Majoração alíquota CSLL	(24.505)	(24.505)	-
Resultado recorrente	5.286	10.823	(16.020)

21. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes para divulgação.

Alexandre de Lima
Diretor Financeiro

Aline Pereira
Contadora CRC 1SP283508/O-8